

A Improbabilidade de Comunicar

Paulo Alexandre Dias Gameiro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Índice

1 A improbabilidade de comunicar	2
1.1 Superar a improbabilidade da comunicação	2
1.2 A linguagem e os Sistemas Psíquicos	5
1.3 O Papel da indeterminação e da recusa na Teoria dos Sistemas e da Comunicação	12
2 Bibliografia	25

section

A improbabilidade da comunicação assume uma importância basilar na teoria da comunicação que Niklas Luhmann erigiu. O autor considera a comunicação como uma operação improvável de se concretizar mas necessariamente superável para poder chegar a realizar-se. Na teoria da comunicação do autor, a comunicação é domínio e exclusivo dos sistemas sociais, ao invés de ser dos sistemas psíquicos. Esta é uma das temáticas sobre a qual este trabalho se debruça, nomeadamente nos meios de comunicação, responsáveis por essa concretização: a linguagem, os meios de difusão, e em especial nos meios de comunicação simbolicamente generalizados.

Este trabalho, incidindo no papel da indeterminação e da complexidade na comunicação, também analisa esses conceitos como variáveis independentes, causadores da improbabilidade, e sobre os quais os sistemas sociais emergem. No entanto, consideramos que a indeterminação e complexidade assumem um papel paradoxal. Se é sobre eles que os sistemas sociais se definem, reduzindo-os à comunicação, estes sistemas também produzem complexidade e indeterminação que a comunicação acaba sempre por provocar. Especula-se assim, sobre a circularidade e aparente infinitude da comunicação.

Palavras-chave: comunicação; improbabilidade; complexidade; indeterminação.

1 A improbabilidade de comunicar

Se a comunicação é o dispositivo fundamental da dinâmica evolutiva dos sistemas sociais, o conceito da improbabilidade da comunicação de Niklas Luhmann, juntamente com o de complexidade, subjazem à teoria dos sistemas sociais do autor. Apesar da improbabilidade, a comunicação afirma-se como uma condição ultrapassada pelos sistemas sociais, que Luhmann elege como os únicos que são capazes verdadeiramente de o fazer. Poder-se-ia dizer que toda a sua obra é erigida sobre esta temática, com um enfoque metodológico e conceptual nos sistemas sociais face a todos os outros, inclusive os sistemas psíquicos, que, segundo o autor, representam o indivíduo. Luhmann na sua obra, tentou desmontar a superação dos sistemas sociais face à complexidade e à improbabilidade, e resolver a relação entre esses sistemas e os sistemas psíquicos.

1.1 Superar a improbabilidade da comunicação

Niklas Luhmann para definir a teoria da comunicação, não se satisfaz com a simples análise de aspectos parciais da convivência social, técnicas de comunicação ou mesmo a discussão do conceito da teoria, que dependente dos objectivos e contexto teórico onde ele é aplicável (Luhmann, 2006:39). Assim, Luhmann prefere partir, desde logo, de duas fontes teóricas possíveis para elaborar a teoria. Seguindo a ordem cronológica, a primeira dessas correntes fora iniciada por Francis Bacon¹, que se baseia no empirismo como instrumento de domínio da natureza e ao serviço da sociedade, inspiradora de Darwin na Biologia ou de Galileu na Cosmologia. Partia-se do princípio da experiência, como fonte de todo o conhecimento e das melhorias praticas, baseado no método indutivo e experimental. Mas Luhmann considera que conhecer cientificamente a existência do mundo, não é condição suficiente para o perceber. Não obstante, e segundo o autor, esta teoria científica tem a virtude de despistar defeitos e por isso cria condições para melhorar a vida de toda a humanidade (Luhmann, 2006: 40).

¹ Francis Bacon como filósofo destacou-se com uma obra onde a <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciência> era exaltada como benéfica para o <http://pt.wikipedia.org/wiki/Homem>. Nas suas investigações ocupou-se especialmente com a metodologia científica e com o empirismo.

A outra corrente apontada por Luhmann e da qual Thomas Hobbes² foi precursor, é baseada na tese da improbabilidade. Esta corrente tinha o intuito de desmontar o conhecimento sintético e as condições que o possibilitavam, percebendo a ordem que transforma os elementos em unidade, e a improbabilidade em probabilidade. Já não bastava conhecer como se pode atingir as melhorias básicas para a humanidade, mas como se constrói o mundo (sociedade). Isto é, percebendo como é constituída a unidade do mundo e o papel do homem nessa construção. Diferente do Iluminismo, esta é a corrente que Luhmann elege como a única capaz de sustentar uma teoria aplicável à comunicação e a toda a sociedade, invertendo o que ele considera como um optimismo ingénuo, quando se consideravam que “existem possibilidades ilimitadas de aperfeiçoamento a partir da *natureza*, tanto se se trata da natureza física, como da humana” (Luhmann, 2006: 41).

Esta corrente que sustenta a natureza como uma grande improbabilidade superada conota tudo o que nos rodeia com realismo, percebendo melhores os problemas mas também as oportunidades e as resoluções viáveis. Baseada nessa perspectiva, Luhmann não poderia deixar de considerar a comunicação também como um problema – apesar de imperceptível na vida quotidiana – improvável de se concretizar, mas necessariamente superável para poder chegar a realizar-se

O problema da comunicação é decomposto por Luhmann em três improbabilidades. A primeira delas é a improbabilidade de “alguém compreenda o que o outro quer dizer” e é motivada pelo isolamento e a individualização da consciência de cada indivíduo, – fruto da auto-referência do seu sistema psíquico – e depende do contexto (do meio) que por sua vez está circunstanciado pela memória de cada um (Luhmann, 2006: 42). A segunda improbabilidade consiste em aceder aos receptores. É relativa às contingências de tempo e espaço em que a comunicação é feita. Isto significa a manifestação da improbabilidade em comunicar junto de mais pessoas do que aquelas que estão presentes no mesmo espaço e tempo. Mesmo quando há reprodutores móveis que possam ampliar o número de interlocutores contactados, continua a verificar-se a improbabilidade, já que nesse caso, volta-se a deparar com a primeira das improbabilidades: a incompreensão sobre o que o outro quer comunicar. Os meios de difusão (rádio ou a televisão), tal como a linguagem escrita, aumentam o número dos destinatários de uma comunicação, mas ao aumentar o grau da difusão da comunicação, aumenta também a sua redundância. A redundân-

² Thomas Hobbes foi um matemático, teórico político, e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Filosofiafilósofo> <http://pt.wikipedia.org/wiki/Inglaterrainglês>. A sua http://pt.wikipedia.org/wiki/Filosofia_políticafilosofia política assenta na impossibilidade de conhecer o mundo exterior a partir das impressões sensoriais que temos dele.

cia que as estruturas dos sistemas promovem, apesar de ser indispensável à distinção do sistema face ao meio, não é só por si garante da ocorrência de actos comunicativos. Normalmente, o aumento da capacidade de difusão de informação leva a um aumento dos destinatários, mas em contrapartida, a dificuldade em se saber o que motivou uma comunicação, e quais as comunicações que estão a ser aceites na sociedade fica também mais ampliada (Luhmann, 2006: 42). A terceira improbabilidade apontada pelo autor é a da comunicação ser aceite, isto é que “o receptor adopte o conteúdo selectivo da comunicação” (Luhmann, 2006: 43). Note-se que esta improbabilidade pressupõe que a operação comunicação, em estrito senso, já foi conseguida ou seja que a síntese da “unidade da informação, acto de comunicar e acto de entender” (Luhmann, 1998: 148) foi efectuada com sucesso e por isso ultrapassadas as probabilidades anteriores. Todavia, entender não pressupõe aceitar, e esta diferença entre o acto de entender e o de aceitar³, implica a diferença, por um lado, entre a criação de um “acontecimento emergente” (Luhmann, 1998: 143) ou dito de outra forma da “realidade emergente” (Luhmann, 2006: 71) e por outro, em obter o “resultado desejado” (Luhmann, 2006: 43). Isto significa que entender não implica evolução social que o autor considera a única que é socialmente pertinente e por isso produzida pelos sistemas sociais. A solução mais eficaz para esse problema é a utilização de um outro tipo de meios de comunicação: os *meios de comunicação simbolicamente generalizados*. Estes conseguem juntar condicionamento e motivação. Conseguem estabelecer, na esfera da sua vigência, condições que aumentam a probabilidade de comunicar. O “poder”, por exemplo, é um *meio de comunicação simbolicamente generalizado*, que aumenta a aceitação de uma comunicação dentro da política, o mesmo se aplica para o “dinheiro” no sistema da economia. Sem aprofundar, para já, o pensamento de Luhmann sobre os *meios de comunicação simbolicamente generalizados* – o *poder, moral e influência e dinheiro* já referidos por Parsons e o *amor e a verdade*, acrescentados pelo autor – resta lembrar que para Luhmann a constituição da sociedade como sistema autopoietico⁴,

³ Note-se que Luhmann fez evoluir o seu conceito de comunicação: em 1981 quando publicou o artigo “A improbabilidade da comunicação” na revista Internacional de Ciências Sociais considerava que a comunicação era um processo de selecções a três níveis: produção de um contido informativo, difusão e aceitação desse mesmo conteúdo. Cf. “La improbabilidad de la comunicación”, *Revista Internacional de Ciências Sociales*, vol. XXXIII, Paris, Unesco. No entanto, mais tarde já considera o acto de “entender” como suficiente para poder-se operar uma comunicação (Luhmann, 1998:148).

⁴ Conceito construído a partir do grego, *auto* (“mesmo”) e *poien* que quer dizer “produzir”, significa que um sistema complexo reproduz os seus elementos e as suas estruturas dentro dum sistema operacionalmente fechado com a ajuda dos seus próprios elementos. É um conceito de autoprodução.

operacionalmente fechado na base de comunicação, é colocado como o problema da evolução da *autopoiesis* da comunicação; uma evolução que por si é influenciada pela própria evolução da sociedade.

No âmbito da corrente teórica que Luhmann perfilha, a improbabilidade é uma condição inerente à própria natureza e por isso não basta tentar reduzir um tipo de improbabilidade para se resolver o problema. Aliás, diminuir uma, implica o aumento de outra, ou como Luhmann observa “as soluções dos problemas num aspecto reduzem as possibilidades de solução noutros” (Luhmann, 2006: 45). A esse respeito, o autor considera que no sistema dos meios modernos de comunicação de massas – imprensa escrita, rádio à qual nós acrescentamos a televisão – podem actuar enganosamente como se aqueles problemas estivessem resolvidos. Ora, isso pode contribuir para o aumento da complexidade social e *ipso facto* para a própria improbabilidade. Luhmann especula se as estruturas da sociedade não serão constituídas para que assim aconteça (Luhmann, 2006: 45). As estruturas da sociedade moderna são marcadas pela existência daquele tipo de sistemas sociais e pela individualização, que vem substituindo a estratificação social no papel de motor da acção social. (cf. Luhmann, 2006). Seguindo a linha do raciocínio de Niklas Luhmann, a complexidade pode não estar a ser reduzida, mas sim mediada, transferida, precisamente com a contribuição dos sistemas dos meios modernos de comunicação de massas. Assim sendo, é a mediação a originar constantemente novos problemas derivados dos anteriores, sem propriamente os conseguir resolver.

1.2 A linguagem e os Sistemas Psíquicos

A *linguagem* enquanto *meio* de comunicação é definida por Niklas Luhmann como a “reunião de informação” (Luhmann, 1998: 144) codificada. É composta por signos que dependem do contexto e por isso são convencionais⁵. De resto, o autor considera que a única forma de a comunicação não ter sentido é precisamente no “âmbito dos signos e consiste numa confusão de signos” (Luhmann, 1998: 80). A unidade de selecção de três parcelas que compõem o acto de comunicar implica uma selecção e duplicação da informação, e nesse processo, os acontecimentos ou são codificados ou não codificados. Os “acontecimentos codificados actuam no processo comunicativo como informação; os não codificados, como interrupção (ruído)” (Luhmann, 1998: 144). Este facto, revela uma importância primordial da linguagem face aos restantes meios de comunicação. Apesar de ser muitas vezes insuficiente, é essencial ao sentido

⁵ Este conceito já vem na tradição de Ferdinand de Saussure. Para um estudo aprofundado consultar Saussure, Ferdinand (1999) *Curso de Linguística Geral*: Dom Quixote

da selecção que a comunicação opera. Funciona como um meio de comunicação *sine qua non*, especialmente apto para poder funcionar cumulativamente com qualquer outros dos meios de comunicação identificados por Luhmann. Como sublinha o autor “a diferença entre comunicação e informação, (...) só pode converter-se numa pratica regular e com resultados previsíveis com a ajuda da linguagem.” (Luhmann, 2006: 146).

Tal como fez com o número dos meios de comunicação, Niklas Luhmann escolhe um conceito também sustentado numa trilogia para dar a entender a comunicação. O primeiro baseia-se na selecção e duplicação da informação e é precisamente formatada na linguagem, enquanto conjunto de unidades de informação (Luhmann, 1998:148), isto é, acontecimentos codificados que poderão adquirir várias formas, nomeadamente a fonética, escrita, mimética ou outras. Ela “emprega generalizações simbólicas para substituir, representar e combinar as percepções e solucionar os problemas correspondentes que um entendimento unívoco coloca” (Luhmann, 2006: 46).

Apesar de não ser o objectivo desta dissertação aprofundar o meio de comunicação “linguagem”, nem de ser o meio de comunicação eleito por Luhmann, faremos mesmo assim uma breve abordagem com os contributos de Noam Chomsky⁶ sobre esse meio e a sua codificação, privilegiando uma perspectiva sincrónica como enfatizava Ferdinand de Saussure. Consideramos que esta tentativa de aprofundamento é pertinente para os objectivos desta dissertação, porque para além de sustentar os sistemas psíquicos enquanto sistemas produtores de informação, também contribui, paradoxalmente, para sustentar a hipótese de serem algo mais, ao conotar a linguagem como uma propriedade emergente de outras características humanas.

Noam Chomsky considera que não existe prova de que a linguagem humana se destina ou se resume à comunicação. Partilhando os valores de uma “revolução cognitiva” (Chomsky, 1995: 59-60), não a considera numa perspectiva superficial do “comportamento e dos seus produtos” mas antes numa análise mais profunda que trata “dos mecanismos íntimos da mente” próprios do âmbito das ciências naturais (Chomsky, 1995: 60). Para a linguagem escrita podemos encontrar algumas semelhanças com aquilo que Luhmann refere: “ (...) num primeiro momento a escrita não surgiu com fins comunicativos (...) ” pelo menos até à invenção da imprensa (Luhmann, 2006:138).

Chomsky com esse alinhamento dá enfoque ao conhecimento em detrimento da capacidade; aos sistemas cognitivos em vez do seu uso. Para este autor “o confesso mentalismo da revolução cognitiva deve ser compreendido

⁶ Para um aprofundamento desta temática consultar Chomsky, N. (2005) “A Linguagem e a Mente” In: Alvey, J, et all, (1995) *Formas de Comunicação*, Lisboa: Teorema

como um passo no sentido da integração do estudo da linguagem e de outros aspectos da psicologia no seio das ciências naturais” (Chomsky, 1995: 61). Apesar de tudo, com este novo enfoque Noam Chomsky considera que ainda se está a dar os primeiros passos na investigação dos “mecanismos neuronais que apresentam as propriedades e satisfazem as condições formuladas em termos dessas entidades com regras e representações da linguagem” (Chomsky, 1995: 61) mas é o próprio que já adivinhava que não seria de espantar que as ciências chamadas “duras”, tivessem que acolher os propriedades ainda por descobrir pelo estudo da mente.

O autor destacou três problemas fundamentais sobre esta temática da linguagem e da mente. O primeiro, a que ele designou por “problema de Humboldt” (Chomsky, 1995: 62) depois o “problema de Platão” (Chomsky, 1995: 70) e finalmente o “problema de Descartes” (Chomsky, 1995: 71). O “problema de Humboldt” faz referência àquilo que Wilhelm von Humboldt reconheceu, no início do século XIX, como a linguagem enquanto “processo de formação de expressões estruturadas” ao invés de a considerar como um “conjunto de objectos construídos, actos de afirmação ou de discurso” (Chomsky, 1995: 62). Noam Chomsky considerou como verdadeira a condição de Humboldt quando este considerou que a linguagem implica o “uso infinito de meios finitos”. (Chomsky, 1995: 62). Tal descrição significa que “ter uma linguagem ou conhecer um língua” (Chomsky, 1995: 63) é pelo menos dominar esses meios finitos ou seja, dominar os processos que determinam a estrutura dessa linguagem. É como utilizar uma ferramenta chamada de “algoritmo do tipo que programamos para um computador (...)” (Chomsky, 1995: 63) em si mesmo finito, mas que produz sequências infinitas de conteúdo. Outra forma talvez mais simples de traduzir aquela afirmação é dizer que a linguagem para além e ser a estrutura também é estruturante do conhecimento. O autor sugere, nesta perspectiva, para uma terminologia da linguagem – a “I-linguagem”. O “I” que significa “interiorizada” porque codificada na mente/cérebro e “intensiva” porque “é um método específico de construção de descrições estruturais” (Chomsky, 1995: 64). O autor faz referência, ainda no âmbito do “problema de Humboldt”, que o termo “gramática” é usado na literatura técnica para designar “quer a I-linguagem quer a teoria linguística da I-linguagem”. Por isso, conclui que o “problema de Humboldt é um problema de construção de gramáticas” (Chomsky, 1995: 64).

O segundo problema clássico apontado por Noam Chomsky é por ele denominado “Problema de Platão”. No essencial, centra-se em como a mente processa e incorpora determinada I-linguagem. Será equivalente dizer que para além de considerar a linguagem como a estrutura, e processo estruturante do

conhecimento (problema de Humbolt) importa saber como isso se faz. O autor aponta como pista para a resolução daquele problema, a teoria da fase inicial da faculdade de linguagem, que pode ser chamada de “gramática universal” (Chomsky, 1995: 71), e distingue-a da aprendizagem como um processo dispensável a esta temática.

Finalmente Chomsky descreve o “problema de Descartes” que é essencialmente “o problema de saber como funciona o conhecimento da linguagem” (Chomsky, 1995:71) e que o autor deriva no problema da produção e no problema da percepção, e que dá, a este último, a sua preferência. Uma outra forma de colocar o problema é saber como é feita a apropriação do conhecimento através da linguagem.

Em suma, Noam Chomsky considera que o cérebro humano tem propriedades intrínsecas e próprias e que a “ (...) teoria de evolução dá-nos poucas razões para crer que a faculdade de linguagem se desenvolveu de tal maneira que as linguagens são de certo modo destinadas ao uso” (Chomsky, 1995: 74). Com efeito, a proposta de Chomsky consiste num conhecimento linguístico universal, inato, e apesar de ser comum a todos os seres humanos, (cf. Chomsky, 1994) haverá “partes da linguagem que são úteis; essas são usadas, as outras, não” (Chomsky, 1995: 74-5). Esta tese aponta no mesmo sentido para a ideia de Luhmann sobre a duplicação da informação que o acto de comunicar implica: a informação codificada é aquela que é aproveitada para a comunicação, a outra não é codificada, porque não é pertinente e constitui ruído.

A perspectiva de Chomsky sobre a linguagem é baseada nos “mecanismos íntimos da mente” (Chomsky, 1995: 74) o que parece dar também razão à existência do primeiro problema da improbabilidade da comunicação identificada por Luhmann, e que consiste no isolamento e na intimidade da consciência de cada um dos indivíduos. Ou seja, de acordo com Chomsky, a linguagem enquanto resultante das propriedades da mente humana são apenas evidências das suas características únicas e não terão surgido com o pressuposto de serem destinadas ao uso. São, apesar de comuns a todos os humanos, íntimas – resultantes de mecanismos neuronais – e precisam por isso de serem codificadas para poderem ser comunicadas. Na base deste conceito está o pressuposto de um sistema altamente complexo, que não é possível conhecer totalmente. De acordo com Niklas Luhmann, essa tipologia de sistema corresponde aos sistemas psíquicos para além dos sistemas sociais, que o autor designa como “caixas negras”⁷ (Luhmann, 1998: 118). Todavia, os sistemas sociais, de

⁷ Ashby já se tinha referido à Cibernética enquanto estudo dos sistemas considerados como “caixas negras” (in Machuco Rosa, 2006)

acordo com a tese luhmaniana, codificam essas propriedades da mente humana, tornando-as inteligíveis e por isso também socialmente elegíveis. É a relação entre essas “caixas negras” – os sistemas sociais e sistemas psíquicos – a que Niklas Luhmann atribui a acção social. (Luhmann:1998: 120). Dois sistemas que seleccionam elementos dos seus ambientes e que sintetizam essa redução, mas em acções e distinções que segundo Luhmann, para produzir diferença e evolução social só poderão ser atribuídos aos próprios sistemas sociais.

3. Os meios de difusão como plasma

Outro meio de comunicação enunciado por Niklas Luhmann é o meio de difusão. O autor considera que apesar da linguagem escrita já ser um meio de difusão, na medida que amplia enormemente a memória colectiva e as probabilidades de comunicação a vários sujeitos, sublinha que a maioria deles são constituídos por aquilo que ele designa por sistema dos meios modernos de comunicação de massas e que nós chamamos, agora em diante e em particular neste ponto do capítulo, por sistema dos media. Sobre a polémica que Luhmann lança, já abordada no final do ponto um deste capítulo, acerca da suspeita das estruturas da sociedade estarem a actuar perpetuando a improbabilidade de comunicação, lança-se agora uma breve discussão. Ao contrário dos outros sistemas sociais que têm uma regulamentação enquanto forma básica de condicionamento (Luhmann, 1998:46) ou “que têm à sua disposição sistemas morais e físicos de sanções que aplicam aos prevaricadores da sua ordem de valores e das suas regras de comportamento” (Rodrigues, 1999: 27), o campo dos *media*⁸ tem à sua disposição a privação da publicidade para os que não se sujeitam à sua ordem de valores de mediação e não cumprem as regra” (Rodrigues, 1999: 27). O efeito mais notório deste sistema específico de sanções é o da privação de visibilidade pública dos prevaricadores (Rodrigues, 1999: 27). Estes fenómenos ajudam a explicar como é que “cada vez mais a realidade se confunde com aquilo que é mediatizado pelo campo dos media” (Rodrigues, 1999: 27), e que também parecem testemunhar o que Luhmann pretendia dizer, ao referir que “actua-se, sob a sugestão do funcionamento, como se todos os problemas estivessem resolvidos” (Luhmann, 2006: 45) senão vejamos: o sistema dos media parece sofrer duma heterogeneidade considerável, motivada desde logo pela sua diversidade. Existe a imprensa, a rádio, televisão e mais

⁸Adriano Rodrigues no seu artigo *Experiência, Modernidade e Campo dos Media*, URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>, distingue campo social, político, económico, religioso ou jurídico enquanto materializações e manifestações daquilo que podemos considerar na linguagem luhmaniana, a distinção de actividades de sistemas e subsistemas sociais, e manifestações dos sociólogos, políticos, ou jurídicos (última consulta: 23/03/2008).

recentemente a Internet e as comunicações móveis que por sua vez estabelecem entre si hierarquias de dominação (Correia, 2006: 21); até os próprios jornalistas, enquanto actores indispensáveis ao sistema dos media, têm entre eles distinções que os leva a tomar posições de força ou por outro lado, submissas (Correia, 2006: 20), para além disso são muita vezes confundidos com os media enquanto “organizações empresariais submetidas aos objectivos e lógicas comerciais” (Correia, 2006: 17). Esta unidade aparentemente reduzida parece debilitar o sistema o que nos permite levantar uma questão: os *media* enquanto sistema social têm conseguido, satisfatoriamente, reduzir a complexidade do seu meio? Se a resposta for negativa, corrobora a ideia de Luhmann em que os sistemas dos meios de comunicação modernos actuam sem resolver os problemas de improbabilidade, o que só poderá ser motivado pelas poucas relações entre elementos que o sistema será capaz de estabelecer e portanto, pelas poucas operações de comunicação geradas sob limites poucos definidos. Em vez de se dar o fenómeno descrito por Luhmann da *interpenetração*, que trata da proximidade e influência dos sistemas psíquicos, na formação dos sistemas sociais e vice-versa – enquanto ambientes quer de um quer do outro sistema (Luhmann, 1998: 199-201) – vai-se constatando aquilo que podemos denominar por *interpenetração inter-sistémica* que significa auto-referencialidade dos sistemas reduzida e permeabilidade entre sistemas sociais onde de resto, os media vão buscar a sua génese. Isto é, os sistema dos *media*, para além de terem os seus limites “abertos” não serão operacionalmente fechados. Com este conceito pretendemos descrever o fenómeno que parece próprio do sistema dos meios de comunicação modernos, que é o da grande permeabilidade dos seus limites face ao ambiente, isto é, face aos outros sistemas sociais. O que se tenta especular é que a redução de complexidade do ambiente, por parte dos sistemas, que tem nesse caminho um processo de diferenciação (Luhmann, 1998:42), e que dão origem a outros sistemas, pode não explicar satisfatoriamente todas as mutações da sociedade, em particular dos *media* e da comunicação.⁹ Para abordar o conceito por nós apresentado de *interpenetração inter-sistémica*, ainda que num nível elevado de abstracção, faz-se uma analogia com o conceito de plasma. O *plasma* é conhecido como o 4.º estado da matéria por conter propriedades diferentes do estado sólido, líquido e gasoso. Foi utilizado pela primeira vez pelo físico americano, Irving Langmuir no ano de 1928. O *plasma* tem propriedades dadas pela Física a saber: é electricamente neutro. Essa neutralidade está garantida, pelo equilíbrio das partículas

⁹ Acerca da importância e do enfoque que o ambiente tem face aos sistemas, Luhmann discorda e considera que são apenas estratégias dos sistemas para a consolidação dos seus limites (Luhmann, 1998:41)

componentes do plasma, ou seja, o número de prótons e electrões é igual; o plasma é um óptimo condutor eléctrico, uma vez que possui uma grande quantidade de electrões livres; apresenta-se se como óptimo condutor de calor; o plasma é fonte de ondas electromagnéticas e estando o sujeito a um campo magnético, este induz um campo eléctrico e vice-versa.

Compara-se então o sistema social *media* ao plasma, que medeia e reflecte as várias realidades dos diferentes campos sociais desses outros sistemas sociais. Assim, o campo dos *media* é, nesse sentido, neutro porque “não gere propriamente um domínio da experiência específico” (Rodrigues, 1999), mas um domínio composto “por uma parte dos domínios da experiência que os restantes sociais nele delegam” (Rodrigues, 1999). Têm portanto uma “carga” neutra, à semelhança do plasma, já que para além desses domínios da experiência terem a forma essencialmente discursiva e informal, o que ajuda a perceber essa neutralidade, todos os campos sociais das várias instituições participam do campo social dos *media* que permite a anulação das respectivas “cargas” e conseguem a neutralidade.

Os *media* assumem-se como o resultado da autonomização e delegação dos outros sistemas sociais. Tem portanto uma natureza e vive do “calor” ou da energia resultante do aparecimento, exacerbamento ou acomodação das tensões resultantes da mobilização concorrencial que os diversos campos sociais dos sistemas sociais tentam impor. É devido à sua neutralidade que os *media* são também óptimos condutores, na medida em que descobrem continuidades entre os variadíssimos campos sociais, “tendendo assim a confundir-se com o próprio pulsar da vida social” (Rodrigues, 1999). Por outro lado, reagem muito bem às variações tencionais dos diferentes campos sociais, ora aumentando, mantendo ou diminuindo a velocidade com que as gere e as hierarquiza, e se o plasma é fonte e é condicionado pelos campos magnéticos, da mesma forma os *media*, condicionam e são condicionados pelas experiências do mundo. Estas características levam-nos a pensar que o sistema dos *media* servirá para reflectir e gerir a redução da complexidade que os sistemas nele delegam, sem contudo contribuir decisivamente para a resolução da improbabilidade da comunicação. Tendem cada vez mais a reproduzir os acontecimentos em tempo real, acentuando a complexidade da sociedade. Como Luhmann observa, apesar de o “que sabemos sobre a sociedade e ainda o que sabemos do mundo, sabemos-lo através dos meios de comunicação de massas”, será “(...) sempre com a marca da dúvida” (Luhmann, 2000: 1-2) ou seja, só “se sabe que nada sabe” (Luhmann, 2000: 147-8). Podemos assim interpretar que o sistema dos *media*, quanto à sua eficácia comunicacional, são o resultado e o reflexo da complexidade da sociedade moderna mas que não deverão servir para a

reduzir.

1.3 O Papel da indeterminação e da recusa na Teoria dos Sistemas e da Comunicação

Niklas Luhmann não recusa a interdisciplinaridade, nem as analogias físicas, biológicas ou psicológicas ou ainda as correspondentes metáforas, desde que usadas para poder compreender se “as estruturas gerais podem-se realizar tanto dentro da ordem vital como do social” (Luhmann:1998: 14). Os contributos poderão vir de qualquer área do saber e nesse esforço assumido para contribuir para a elaboração de uma teoria geral, o autor considera que a descoberta de alguns conceitos, nomeadamente na dos sistemas vivos e a sua importação para a sociologia – como é o caso da autopoiesis – foi apenas uma “ (...) mera causalidade histórica” (Luhmann:1998: 14).

Inspirados ainda nessa interdisciplinaridade evocada por Luhmann e com o objectivo de contribuir para a compreensão dessa teoria geral dos sistemas, podemos apresentamos o problema da improbabilidade da comunicação como um problema de relatividade¹⁰. Dir-se-ia que é um problema da relatividade da comunicação. De resto, podemos interpretar que a improbabilidade é em si mesmo uma relatividade. Ela é sempre uma percepção do número de possibilidades, escassas, da uma ocorrência. A improbabilidade pressupõe ocorrência, se assim não fosse tratava-se antes de uma impossibilidade. Isto significa que quando se dá a ocorrência, mesmo que improvável, a percepção local é a da inevitabilidade. É essa noção que todos nós acabamos por ter quando diariamente conversamos, escrevemos ou lemos. Os princípios que nos levam a abordar a improbabilidade da comunicação como um problema da relatividade consistem precisamente na posição, na percepção do observador que segundo Luhmann é sempre relativa ao sistema. Assim, para quem tem uma percepção local do sistema, a comunicação não é improvável, é antes uma ocorrência sucessiva e aparentemente interminável. Por outro lado, para quem observa o sistema do exterior, a comunicação é improvável e com ela o processo de emergência do sistema face ao seu meio. Portanto, é no conjunto das percepções locais e globais que se verifica a dupla contingência e se vai

¹⁰ Apesar de usar variáveis distintas, o mesmo princípio da relatividade de percepções, que valida a dupla contingência, também se pode observar na teoria especial da relatividade de Albert Einstein publicada no seu artigo de 1905 intitulado “Sobre a Electrodinâmica dos Corpos em Movimento” (in Bryson, 2003: 131). Para exemplificar a relatividade Einstein refere que dois indivíduos teriam percepções bem distintas do tempo e espaço, se um se deslocasse a uma velocidade próxima da velocidade da luz (300 mil quilómetros por segundo) e o outro fica-se imobilizado a observá-lo. Ou seja, segundo a teoria da relatividade, o tempo e espaço é relativo a cada observador e depende da sua posição em relação ao objecto em movimento.

construindo o social, tal como são válidas as diferentes observações que se podem obter do tempo e espaço. De resto, Luhmann recusou uma determinada percepção local que imperava na sociologia e propôs uma unidade complexa, uma “sociologia da sociologia” (Luhmann, 1998: 8), para poder ultrapassar a barreira da observação local dos sistemas sociais.

Luhmann considera que “a comunicação é a criação de uma realidade emergente, nomeadamente da sociedade, que por seu lado, assenta na reprodução contínua da comunicação pela comunicação” (Luhmann, 2006: 71), mas para o autor, a “ (...) emergência não é simplesmente acumulação de complexidade, mas irrupção e novo começo da construção de complexidade (...)” (Luhmann, 1998: 46).

Podemos interpretar que a *realidade emergente* de que Luhmann fala, corresponde ao *real* como está ilustrado na figura 2 e é produzido pela comunicação de uma forma contínua e circular. Isto significa que o *real*, neste exercício de abstracção, é qualquer objecto de estudo psíquico ou social que os respectivos sistemas possam considerar, ou seja “tudo o que diga respeito ao viver e ao agir” (Luhmann, 1991: 112). Como comenta Pissara Esteves na apresentação de “A improbabilidade da comunicação” de Niklas Luhmann: “No fechamento do processo de comunicação reencontramo-nos, assim, com a complexidade do mundo (...) Não se trata, portanto, verdadeiramente de um *fechamento*, mas tão-somente de um ciclo de auto-referencialidade que se completa, para, em movimento contínuo, novo ciclo se iniciar” (Luhmann, 2006: 35-6). Se tomarmos como válidos aqueles pressupostos podemos então delinear o nosso construto e começar a explicar aquilo que designamos pelo ciclo da comunicação (cf. figura 1).

Luhmann sublinha a existência de uma relação de estreita dependência entre informação e comunicação. A “ (...) distinção entre comunicação e informação é elemento constituinte da unidade de comunicação” (Luhmann, 1991: 164). Isto é, a comunicação consiste no resultado de uma operação da diferença e ela própria é uma diferença que produz formas; sistemas sociais criados e emergidos de um ambiente isomorfo – demasiado complexo para os sistemas psíquicos lhe reconhecerem ou darem uma forma. O autor é bem explícito nesta relação directa e circular entre a informação e comunicação: “ (...) a própria comunicação transforma-se em informação do processo de atribuição, com base na informação que fornece.” (Luhmann, 1991: 164). Sem esquecer que “a diferença entre comunicação e informação, (...) só pode converter-se numa prática regular e com resultados previsíveis com a ajuda da linguagem.” (Luhmann, 2006: 146), informar não significa comunicar. Quando se trata de informação falamos essencialmente na “selecção da reunião de informação”

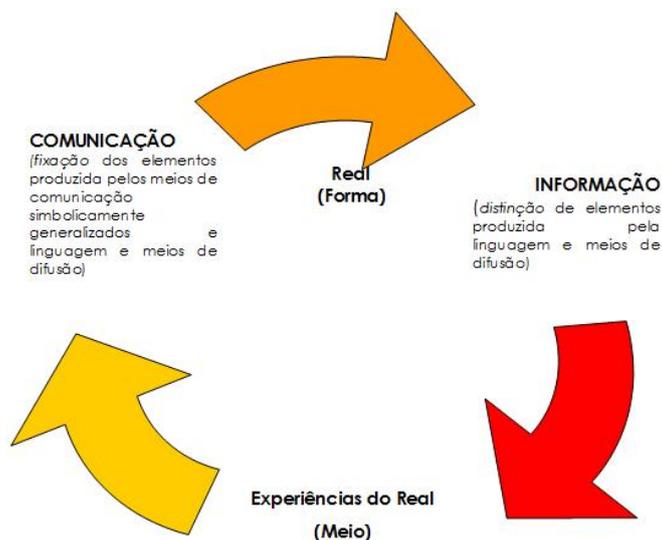


Figura 1: Ciclo da Comunicação

(1.ª selecção do processo comunicativo), e no “acto de comunicar” (2.ª selecção) (Luhmann, 1998: 148) sem que se esteja a tratar propriamente de comunicação. Isto é, estamos a falar da compreensão da diferença de essas duas selecções. Está-se portanto no estreito domínio do que Luhmann apelidou por interpenetração entre o sistema psíquico, enquanto produtor de acções e acontecimentos – elementos comunicativos de que é composta a informação -, e o sistema social capaz de os distinguir e seleccionar para depois os fazer entender e aceitar. Em suma, a linguagem afigura-se como substância da própria informação. É indispensável à comunicação mas nem sempre é suficiente ou eficaz para que ela possa ocorrer.

Até agora, baseados em Niklas Luhmann, pretendeu-se abordar a *linguagem* e os *meios de difusão*, enquanto condições necessárias mas não suficientes, à consumação da comunicação. Se quisermos abordar o outro sentido do ciclo comunicação, o sentido ascendente em que a informação se transforma em *real* (cf. figura 1), então precisamos do conceito da comunicação para a explicar. Podemos então diferir que através da comunicação, os sistemas sociais transformam a informação em novas realidades, ou seja transforma-os em real. Como Luhmann sublinha “ (...) a comunicação é a criação de uma realidade emergente (...)” (Luhmann, 2006: 71). Os sistemas sociais fixam, fazem entender e aceitar a distinção de que a informação é feita. No âmbito deste raciocínio interpretamos, por exemplo, a ciência como um processo cer-

tificado que transforma o *real* em informação. Esta, por sua vez, quando é percebida e aceite, com a publicação de uma dissertação ou artigo científico, faz emergir uma nova realidade, um outro real. De forma equivalente podemos dizer que a política, a religião, as relações íntimas, ou a arte, desde que comunicadas e aceites, são criação de uma realidade emergente, de um outro real. Podemos concluir que o *real* tem como que uma imensa quantidade de informação a ser “libertada”, uma enorme complexidade a ser reduzida. Por sua vez, a informação enquanto *real* libertado vai possibilitando, num ciclo contínuo, a concretização dessa redução numa nova comunicação, na compreensão e aceitação dessa complexidade, numa nova realidade. Depois novo ciclo da comunicação se inicia.

A reunião de informação implica dois tipos de meios de comunicação: a *linguagem*, sobejamente tratado por Chomsky e os *meios de difusão*. Ora, estes meios não garantem a comunicação, como de resto todos eles, e muito menos garantem a sua aceitação.¹¹ Para tal terá que se contar com os meios de comunicação simbolicamente generalizados. Eles são em si mesmos meios de contingência favoráveis à sua aceitação. Fazem aceitar por exemplo o “poder” face à dificuldade de aceitar a violência física ou fazem aceitar o “amor” baseado na paixão perante o carácter antropológico, primário, das relações íntimas e sexualidade. Como já se viu, os meios de comunicação simbolicamente generalizados são os que melhor garantem a produção de *real*. No entanto, não sendo indispensáveis à comunicação, o que é que aqueles meios de comunicação acrescentam aos outros meios, nesse processo de criação, ou seja à comunicação? A comunicação entendida mas não aceite, é invisível no social, e por isso é indeterminada, “escura” aos outros e é composta por acontecimentos e acções indeterminados, que criam também, desde logo, um real indeterminado. Por outro lado, a comunicação aceite é “clara”, gera mudança de comportamentos e portanto cria um *real* visível e determinado, apesar de mais tarde também ele acabar por se transformar em indeterminação (cf. figura 2). Seguindo essa linha de raciocínio, os meios de comunicação simbolicamente generalizados conseguem instantaneamente e mais provavelmente de que os outros meios produzir uma comunicação aceite; criar, determinar, realidades visíveis, apesar destas também acabarem por se transformar num real indeterminado (cf. figura 2).

Esta sucessão de estádios de determinação/indeterminação constitui o motor de toda a teoria dos sistemas, e é, de igual forma, sustento de toda a teoria de comunicação. Segundo esta perspectiva, é a indeterminação e complexi-

¹¹ Lembramos que na perspectiva luhmaniana a comunicação pressupõe 3 selecções. A 4.ª selecção consiste na sua aceitação (Luhmann, 1998:144-8)



Figura 2: Ciclo da Indeterminação MCSG (meios de comunicação simbolicamente generalizados)

dade, que subjazem à existência de sistemas. Isto é, a tentativa de relacionar, calcular o indeterminado gera – através da comunicação nos sistemas sociais – a diferença, ou seja, gera um real (determinado ou também indeterminado). Se assim não fosse, poder-se-ia dizer que os sistemas sociais acabariam, no limite, por determinar todas as incertezas. Acabariam assim por simplificar todas as complexidades¹². Ora, não é esse o pressuposto na tese de Luhmann. Ao invés, é nessa complexidade constante que os sistemas encontram a sua razão de existir. É no ambiente infinitamente complexo que os sistemas emergem e mantêm a sua existência.

Se conseguíssemos vislumbrar os limites do ambiente, também estaríamos perante os limites da sua complexidade. Nesse caso, poderíamos considerar o ambiente também autopoietico e o seu “ultra-elemento”, a própria complexidade. Tal como a comunicação para os sistemas sociais, ou o pensamento para os sistemas psíquicos, a complexidade seria autopoietica, já que se auto-criava, auto-produzia. A sua rede constitutiva – também auto-produzida –, ou seja, a rede que possibilita essa recriação, seria constituída pelos próprios sistemas sociais e psíquicos. Poderíamos então considerar o ambiente como um sistema, o grande sistema. Estas suposições implicam uma observação de terceira ordem, isto é, uma observação exterior aos sistemas e fora do próprio ambiente. O infinito, de que parece ser feita a complexidade, tornar-se-ia determinável e por isso a complexidade seria finita.

¹² Complexidade é considerada enquanto número de relações entre elementos face ao número de relações possíveis.

A aceitação da comunicação, e portanto a alteração de condutas, não explica o fenómeno da “autopoiesis da comunicação” (Luhmann, 1998: 144) e como tal não explica o processo que lhe dá origem: a auto-referencialidade da comunicação. Se a comunicação fosse sempre aceite explicaria a comunicação seguinte? Se não houver divergência ou recusa de uma comunicação, haveria sempre necessidade de uma outra comunicação? Ou seja, se a incerteza fosse cabalmente eliminada, porque haveria necessidade de uma nova comunicação? Nesse caso até a redundância deixaria de fazer sentido.

Luhmann assume que o sistema social tem uma função baseado na “codificação binária” (Luhmann, 2008:50-59), que por isso assumimos o código com o valor um (1) ou com valor zero (0). O primeiro refere-se à codificação referente ao consenso (aceitação), o outro à recusa e conflito¹³. Mas repare-se que em ambos casos, a comunicação gera condutas e comportamentos visíveis, que por sua vez criam sucessivamente outras recusas ou concordâncias. Para uma apreciação rigorosa da nossa análise importa introduzir uma distinção entre o conceito *aceitação* e o conceito *concordância*, que consiste na transformação da codificação *aceitação* numa premissa anterior ao *consenso* ou à *recusa* de uma comunicação. Ou seja, na nossa perspectiva, a aceitação é geradora de concordância ou de recusa. Luhmann de forma diferente, fez coincidir o *aceitar* ao *concordar* e apenas distinguiu a compreensão, num momento anterior à “aceitação ou recusa da selecção como premissa da própria conduta” (Luhmann, 1998: 148). De resto, para o autor um terceiro momento, isto é, tudo aquilo que escapa à bipolaridade do próprio código constitui ruído para o sistema. No entanto, Luhmann e apesar de considerar os meios de comunicação simbolicamente generalizados “ (...) como a antecipação selectiva entre aceitação e recusa de uma comunicação” (Luhmann, 1998: 150), admite que não “explica suficientemente porque, apesar de contar com os meios simbólicos, se chega a uma conduta contrária ao código e a uma comunicação ineficaz.” (Luhmann, 1998: 150). Ele propõe uma pista para a resolução desse problema, combinando a teoria da transacção com a teoria dos meios de comunicação simbolicamente generalizados, “ (...) para poder entender que consequências existem ao abrir a comunicação à aceitação ou à recusa de uma proposta com sentido nos sistemas sociais” (Luhmann, 1998: 150). Luhmann considera que para seguir essa linha de investigação seria necessário elaborar uma teoria da sociedade e uma teoria da interacção, remetendo-se, nessa impossibilidade, à teoria geral da comunicação.

O nosso contributo para a resolução daquele problema é um pouco difer-

¹³ Note-se como mais uma vez é clara a dominância dum certo *gene da diferença* da teoria luhmaniana, que explica a evolução e a emergência da ordem social.

ente. Já considerámos que o *aceitar* é tornar a comunicação opaca, visível, clara – por oposição à simples compreensão, comunicação transparente socialmente invisível, que por isso não produz condutas ou acções. *Aceitar*, no nosso entender, é condicionar explicitamente o processo de selecção da comunicação, concordando (valor 1) ou não (valor 0) com ele. Assim, o conceito deverá ser observado como aquilo que o próprio autor deixa admitir: uma “premissa do próprio comportamento, incorporando à selecção novas selecções e elevando assim o grau de selectividade” e “supondo que uma determinada informação esteja correcta” (Luhmann, 2006: 43). Uma possibilidade portanto, resultando, na nossa perspectiva, no concordar ou no discordar (recusa). Luhmann admite uma complexa rede de soluções para a comunicação se ajudar a si mesma. Observa que face à “ (...) aceitação ou recusa, pode continuar a discorrer, em relação a cada detalhe, pela via do sim ou pela via do não e paralelamente introduzir a confirmação ou a correcção” (Luhmann, 2006: 144) que interpretamos como sendo um forte indício de que haverá uma complexidade maior do aquela proveniente da codificação dual: *discordar* ou *aceitar* uma comunicação. Quando observamos um conflito inter-pessoal em que a emoção se sobrepõe à razão, quantas vezes a aceitação de uma crítica vinda do opositor não coincide com o concordar com ela? Ou quando há subordinação política ou profissional, nomeadamente dum colaborador perante a opinião do seu empregador, e esse finge concordar e age em conformidade quando na verdade está em total desacordo? Poder-se-ia argumentar que essa aceitação não produz acções visíveis, comportamentos socialmente elegíveis. Mas mesmo que diferidas no tempo, esse conflito irá de uma forma ou de outra condicionar ou mesmo inverter o sentido da comunicação original.

No sistema de relações íntimas é claramente visível a necessidade desta divisão que fizemos entre o *aceitar* e o concordar/discordar. Quando um dos amantes assume o papel de seduzido – de *alter* – significa que aceita a comunicação do outro (*ego*), no entanto, é muitas vezes pela possibilidade de sublimar a negação da comunicação que ele aumenta a probabilidade de sucesso do “amor” (Luhmann, 1991: 34). Isto é, o *ego* aceita a comunicação do *alter* mas para aumentar as probabilidades do “sim”, começa por dizer que “não”. Ou seja, quando o discordar ou mesmo o concordar – aceitar, na terminologia preferida por Luhmann – já tem nele incutido o sentido contrário; quando o individuo percebe e leva em conta essa divergência entre a acção e a intenção do outro, deverá haver um momento anterior que permita a distinção entre o aceitar e o concordar. Essa antecipação das antecipações serve o aumento da complexidade e indeterminação que o “amor” enquanto meio de comunicação simbolicamente generalizado não conseguirá codificar na totalidade. Esta ten-

são entre o *sim* e o *não* ultrapassa aquilo que o “amor” enquanto meio de comunicação simbolicamente generalizado é capaz de codificar.

Creemos que essa antecipação, esse momento, é precisamente o *aceitar* mas só e enquanto predicado indispensável à acção. Entendemos assim que a *aceitação* como uma pré-disposição, uma antecipação para o concordar ou o discordar. Ou seja, é um momento gerador, porque condiciona objectivamente comportamentos e condutas, para além da concordância e recusa. Por isso, mesmo enquanto premissa de comportamentos, deverá ser considerada socialmente relevante e não enquanto ruído como Luhmann o considera. Aquilo que Luhmann considerou como sinal de risco da autopoiesis do sistema psíquico, ou seja emergência das emoções provenientes das percepções dos indivíduos, e por isso provenientes do seu ambiente (ruído), pode ser também geradora de comunicação desde que o outro a entenda e a aceite. Se assim for, o indivíduo apesar de continuar a necessitar dos sistemas sociais para se fazer entender, torna-se parte activa do processo comunicativo. Porque afinal o sistema social não “percebe” propriamente as emoções. Precisa dos sistemas psíquicos para isso.

Temos assim que a codificação mesmo que encarando a aceitação como uma premissa, não escapa à sucessão de estádios de determinação/indeterminação. Vejamos o exemplo da verdade ou da não-verdade no sistema da ciência. Essa codificação vai-se traduzindo em elementos indeterminados – que surgem principalmente após a dúvida e recusa – para serem depois distinguidos e seleccionados em informação através de novas investigações científicas, para depois, por exemplo, através da publicação de um artigo científico, ser comunicada isto é, entendida e aceite (determinada) numa nova verdade ou não-verdade. O mesmo acontece com o lícito ou o ilícito no subsistema jurídico. Veja-se a influência dos advogados nas sentenças e recursos nos processos cíveis e criminais. Quantas vezes os códigos dos meios de comunicação simbolicamente generalizados geram dúvidas, sujeitas a confirmação e se transformam em valores distintos¹⁴ (0 ou 1). E é também por essa constância da indeterminação e complexidade que a comunicação, apesar de tudo, é improvável.

Os meios de comunicação simbolicamente generalizados, como especialmente aptos para fazer aceitar a comunicação, criam condições para gerar informação, num processo de interdependência, circular, patente para o Luhmann quando refere que o “âmbito da comunicação surge especificado através

¹⁴ Observe-se que estes processos identificados são válidos para todos os meios de comunicação simbolicamente generalizados: o poder, o dinheiro, a moral, a verdade e o “amor” (Luhmann, 2006: 47)

do esquema de obtenção da informação que o domina” (Luhmann, 1991: 112) e, portanto, está dele dependente.

O *real*, como já se referiu, não será mais do que Niklas Luhmann refere como “tudo o que diga respeito ao viver e ao agir” e que esteja “ao nosso alcance como informação” (Luhmann, 1991: 112). Por sua vez, a comunicação só é possível dar-se quando a *experiência do real* for feita num “esquema de distinções” (Luhmann, 1991: 112) sob o domínio de sentido. No entanto, o sentido transforma a “distinção numa unidade enquanto gerar informação, mas não determina quais as que devem ser retidas e quais as relações que as despoletam” (Luhmann, 1991: 112). Portanto “as distinções não definem os sistemas, apenas especificam e ampliam as suas capacidades de auto fixação” (Luhmann, 1991: 112) ou seja, apenas geram o seu domínio. A evidência da existência desses limites é a evidência dos limites dos sistemas psíquicos – informacionais – que não têm a faculdade *per se* de distinguir e muito menos de fixar os elementos e de seleccionar os códigos semânticos. Limitam-se, segundo a tese do autor, em produzir elementos. Só os sistemas sociais “especificam as distinções que, enquanto informação, estão na base da concepção de algo” (Luhmann, 1991: 112) e que aqui voltamos a associar ao *real*. Como Luhmann sublinha, nem tudo se torna real, como a própria teoria da evolução evidencia (Luhmann:2006: 116). O autor refere ainda que “a selecção só é selecção quando pode simultaneamente *índês-realizarz* algo do que é possível” e nas sociedades modernas para que isso aconteça, para que se dê uma *estabilização* é necessário “ (...) um mecanismo especial: a formação de sistemas” (Luhmann:2006: 116).

Luhmann propõe que a “ (...) auto-garantia da comunicação tem como solução a transformação da contingência do *também é possível de outra maneira no ou isto /ou aquilo*” (Luhmann, 2006: 144). Ou seja, isso corresponde à passagem do estágio da comunicação “compreensão” para a “aceitação” ou para a “recusa”, na terminologia do autor. É como que determinar a comunicação.

Com alguma liberdade de interpretação consideramos que a *forma* representada na figura 2 não será mais do que uma *forma* do total das formas de que o *real* é composto. Uma irrupção de complexidade. É apenas uma possibilidade de entre inúmeras outras o “ (...) *também é possível de outra maneira (...)*” (Luhmann, 2006: 144) que compõem “a totalidade de relações possíveis” (Luhmann, 1991:11). Representa a sociedade, e poderá assumir a forma aceite – o “ *isto e/ou aquilo*” correspondendo ao real visível, determinado – de entre as outras formas compreendidas mas não aceites, em maior número e invisíveis. O *real* criado pela comunicação, ou porque é desde logo indeterminado – o *também é possível de outra maneira* – ou porque se transforma de

seguida em indeterminação, é a fonte de todo o processo comunicativo (cf. fig. 2). Mas segundo a tese de Luhmann, para vencer a improbabilidade de comunicar, isto é transformá-los em realidades emergentes (Luhmann, 2006: 71) ou em “resultado desejado” (Luhmann, 2006: 43), só é possível através dos sistemas sociais; só eles o conseguem fazer. Para que isso possa acontecer, os meios de comunicação simbolicamente generalizados são os mais aptos para a concretização dessa comunicação opaca, visível, determinada e por isso aceite (cf. fig. 2). Como nas sociedades modernas e altamente diferenciadas a selecção comunicativa já não garante a estabilidade e a reproducibilidade das soluções dos problemas, o autor justifica a emergência dos sistemas sociais, com a necessidade de *estabilização* (Luhmann, 2006: 116).

Como vimos o *aceitar*, pode oferecer a concordância que assumimos com um valor (1) ou a negação com um valor (0). E se a *indeterminação* é o motor da comunicação, a *negação/recusa* é, podemos dizer, a fonte da “auto-referencialidade da comunicação”. Ou seja, para além de considerar a possibilidade de negação como necessariamente possível no processo comunicativo, como postula Luhmann, (Luhmann, 1998: 148) consideramos que é ela que dá origem a outra comunicação, apesar de não suficiente para constituir propriamente outra distinta. Assim, a simples negação não pode ser observada como um processo de selecção comunicativo consumado, mas apenas como a sua auto-detonção rumo à imprevisibilidade e indeterminação.¹⁵ Niklas Luhmann sublinha que cada palavra pronunciada pode incitar o sentido contrário, e sublinha que esse sentido, sem a palavra pronunciada, nem sequer poderia existir (Luhmann, 1998: 148). De resto, poder-se-ia até perguntar como aumentar exponencialmente a selectividade, senão com a recusa de uma proposta comunicacional? A resposta parece óbvia: a recusa gera mais indeterminação do que a concordância ao aumentar a selectividade e portanto as futuras hipóteses de relação de elementos comunicativos (cf. fig. 2). Torna-se como que parceira da “ (...) da turbulência, do ruído e do estampido, condição essencial de toda a comunicação” (Costa, 2000: 128).

Luhmann considera que meios de comunicação simbolicamente generalizados são especialmente os mais aptos para gerar aceitação (Luhmann, 1998: 148) e detêm quase em exclusivo essa função. Ora, aquilo que poderia aparentar ser uma contradição, isto é, a recusa como fonte da auto-referência da comunicação e os meios de comunicação simbolicamente generalizados como os

¹⁵ A riqueza e complexidade da teoria luhmaniana que aqui se tenta explicar, contrasta com a teoria sistémica-funcionalista de Parsons em que a comunicação é observada apenas como normativo unidimensional do sentido: no exterior do sentido apenas há lugar para a sanção. De forma diferente, poder-se-ia dizer que para Luhmann fora do sentido há indeterminação e que a *recusa* não implica necessariamente uma sanção.

mais eficazes para a fazer aceitar, acaba por reforçar a tese de Luhmann, ou seja é na indeterminação e improbabilidade, detonadas pela recusa, onde os meios simbólicos são mais pertinentes e eficazes. A *aceitação* – que nós derivámos noutro momento do acto comunicativo, na concordância – surge como a outra possibilidade de enlace, apesar de menos produtiva. Os meios de comunicação simbolicamente generalizados são precisamente o tipo de meio de comunicação mais capaz para combater a improbabilidade de fazer aceitar a comunicação, originária da indeterminação que a recusa gera. São eles que melhor transformam a indeterminação em determinação e por isso fazem culminar mais eficazmente a transformação da improbabilidade em probabilidade. Mas há diferença entre os conceitos de determinação e probabilidade ou entre a indeterminação ou improbabilidade. Os primeiros (determinação e indeterminação) referem-se à possibilidade de calcular e os segundos (probabilidade e improbabilidade) ao número de ocorrências. É muito possível a ocorrência de um acontecimento num domínio indeterminado. Como refere Luhmann, “podemos discordar ou dizer algo inesperado sem se tornar inteligível. Podemos comunicar mensagens novas, surpreendentes e perturbadoras e, mesmo assim, ser compreendido” (Luhmann, 2006: 114). Por outro lado, também é possível a manifestação da improbabilidade num domínio determinado. O conhecimento não implica ocorrência. Estes conceitos assumem naturezas distintas: enquanto que a “improbabilidade” assume uma natureza dependente, a “indeterminação” uma natureza independente. Falta, para perceber melhor a relação entre eles, introduzir um outro conceito: o da complexidade, medida pelo número de relações entre elementos. A improbabilidade aparece-nos como um produto resultante de uma operação de multiplicação entre a indeterminação e a complexidade¹⁶. Como o número de elementos nas sociedades modernas (acontecimentos, acções, etc.), é imenso numa determinada unidade de tempo, só um pequeno número acaba por ser conhecido porque a quantidade de relações efectuadas entre eles é também reduzida. Como resultado temos a improbabilidade; a improbabilidade de comunicar.

Se todos os elementos fossem percebidos pelos sistemas sociais; se fossem todos determinados, as relações possíveis entre eles, acabariam também por ser todas conhecidas; se o domínio de elementos fosse determinado, chegava-se a um limite temporal ainda que longínquo, em que os sistemas sociais acabariam por estabelecer todas as relações possíveis¹⁷, e com isso acabariam por transformar a comunicação numa operação provável, comum, e dispensar definiti-

¹⁶ (in) determinação x complexidade = (im) probabilidade

¹⁷ Luhmann também aborda o factor tempo na relação entre os sistemas complexos e selecção. Ele observa que se o tempo fosse ilimitado, não condicionaria a selecção nos sistemas complexos e poderiam harmonizar-se como um todo (Luhmann, 1998:63).

vamente os meios de comunicação. O autor faz também esse tipo de correlação, associando o conceito de complexidade ao da determinação, quando se refere que só “ (...) os elementos complexos, (...) aqueles não determinados e para os quais não existe uma realização determinada, são considerados elementos dos sistemas complexos” (Luhmann, 1998: 57).

É pela indeterminação estar sempre presente, como já se observou, mesmo que invisível à nossa percepção, que nem mesmo os meios de comunicação simbolicamente generalizados conseguem garantir a comunicação e com isso reduzir a improbabilidade desse acontecimento ao valor nulo. Esta ideia volta a sustentar por um lado a suspeita de que a improbabilidade é condição inerente à natureza e por isso “as soluções dos problemas num aspecto reduzem as possibilidades de solução noutros” (Luhmann, 2006: 45), e também pode ajudar a responder às interrogações de que apesar de se “contar com os meios simbólicos, se chega a uma conduta contrária ao código e a uma comunicação ineficaz. (...)” (Luhmann, 1998: 150).

A comunicação apesar de improvável vai determinando os elementos ao mesmo tempo que os relaciona. Ao relacioná-los vai gerando enlaces pelo entendimento e aceitação. A comunicação é uma operação improvável, porque o seu domínio é indeterminado, mas é possível porque é auto-referencial resolvendo localmente a complexidade do que pode ser observado globalmente. Como refere o autor “a auto-referência tem, sob a forma de paradoxo, uma complexidade não determinada. Os sistemas que operam auto-referencialmente só podem tornar-se complexos se conseguirem resolver o problema da paradoxização, ou seja anular essa paradoxização” (Luhmann, 1998: 56).

Luhmann observa que é a “ (...) distinção entre aceitação e recusa que produz incerteza que é bastante insuportável e não se pode nunca permanecer nela, ou pelo menos não por muito tempo” (Luhmann, 2006:146). No mesmo sentido, a respeito do meio de comunicação simbolicamente generalizado específico do “amor”, o autor acaba por considerar que a “inibição do que em si é possível, é pressuposto para o condicionamento semântico do acesso à realização plena e é sobre esse condicionamento que se baseiam os níveis de liberdade dos processos comunicativos” (Luhmann, 1991: 33).

Temos assim que a *aceitação* – se agora fizermos com que o seu significado coincida com a *concordância* como o autor define – ou por outro lado, a recusa, são unicamente “actos de enlace” (Luhmann, 1998:148) e é desta forma que a improbabilidade na teoria da comunicação de Luhmann surge na sua verdadeira e mais simples dimensão: no seio da indeterminação e complexidade, a improbabilidade surge como inevitável, constante, subjacente à natureza e assim a qualquer dinâmica social, mas é ocasionalmente vencida por um mo-

mento, o momento em que a comunicação ocorre. Não obstante, para servir a existência dos sistemas sociais ela ainda tem que produzir acções (acontecimentos indispensáveis às relações, enlacs) ou seja, tem que ser aceite com a ajuda dos meios de comunicação simbolicamente generalizados. A linguagem por sua vez, é fundamental mas muitas vezes, não é suficiente para tal efeito. Como Luhmann sublinha, a “própria linguagem não favorece o consenso, antes gera esta distinção entre aceitação e recusa” (Luhmann:2006: 146).

Entende-se a indeterminação ou a incerteza como a incapacidade de calcular. No domínio da comunicação, trata-se da incapacidade de calcular a operação diferença da qual é composta (Luhmann, 1998: 20), isto é a compreensão da diferença entre mensagem e informação. Isto significa que para Luhmann a comunicação, enquanto cálculo das diferenças entre elementos através das relações efectuadas é a única operação com sucesso e *ipso facto* constituinte dos sistemas sociais face à operação consciência dos sistemas psíquicos. Podia-se avançar ainda um pouco mais nesta linha de investigação e perguntar sobre o que provoca a indeterminação nos sistemas sociais. Se a comunicação é autopoietica, e se é ela que vai formando e definindo o sistema, parece razoável considerar que a indeterminação lhe é externa, isto é, que pertence ao seu ambiente. Ou seja, se a comunicação determina o que é indeterminado, ao longo do processo auto-referencial, então a própria indeterminação não poderá fazer parte do sistema social. É antes sobre ela que os sistemas emergem e é por causa disso que ela pertence ao seu ambiente. Se tomarmos este raciocínio como verdadeiro, então os sistemas psíquicos enquanto sistemas complexos, que na perspectiva luhmaniana pertencem ao ambiente dos sistemas sociais, afiguram-nos como os principais causadores dessa indeterminação e por conseguinte da complexidade. Isto é, interpretamos os sistemas psíquicos como geradores da complexidade, porque produzem acontecimentos, acções pertencentes ao domínio do ambiente dos sistemas sociais que por sua vez vão simplificando, determinando através da comunicação. A relação entre os dois sistemas e que já foi sucintamente abordada, é feita pelo processo que o autor chamou de *interpenetração*. Temos assim que para Luhmann ambos os sistemas são compostos de complexidade, necessária para determinar o indeterminado, mas enquanto que os sistemas psíquicos provocam mais complexidade, os sistemas sociais, também complexos, reduzem-na, e é nesta ponderação ontológica que Luhmann situa o indivíduo face ao social na sua tese de comunicação e teoria dos sistemas.

Niklas Luhmann sublinha que é a *linguagem*, a que nós juntamos os *meios de difusão*, que possibilita a diferença entre a informação e a comunicação. Isto quer dizer que a linguagem ao criar informação distingue-a da comunicação.

Por outro lado, ao ser ela própria também um dos mecanismos da comunicação – apesar de não ser, de acordo com Luhmann, o principal nas sociedades modernas e mais complexas – opera comunicação nos sistemas sociais. No entanto, e “em compensação há que pagar o preço de uma nova diferença”. Esta diferença distingue a “ (...) realidade real e outra fictícia (apesar de haver um só mundo) (...)”, e ajusta-se porque “podemos estar sempre em acordo ou em desacordo com o que foi dito” (Luhmann, 2006:146). Na nossa interpretação, a linguagem é suficiente para traduzir o *real* (*realidade real*) ou a indeterminação que dela provém, em informação e que associamos ao que Luhmann se referiu como *realidade fictícia* produzida pelos sistemas psíquicos, consumando assim a 1.ª e 2.ª selecção do processo comunicativo. No entanto, neste estágio do ciclo comunicativo ainda não estamos a tratar propriamente de comunicação. Para isso, nas sociedades modernas e de acordo com Luhmann, são necessários sistemas sociais que têm a função exclusiva de fazer entender essa informação (a 3.ª selecção do processo de comunicação). Utilizam os mecanismos dos meios de comunicação, especialmente os meios de comunicação simbolicamente generalizados, como os mais aptos para consumir a comunicação. Depois de consumada, necessita produzir condutas distintas, geradoras da emergência dos sistemas sociais e de evolução social. E é nesta fase que esses meios de comunicação adquirem a sua principal função: a *aceitação* que segundo Luhmann constitui a quarta selecção de que é composta a comunicação. Este estágio fecha o ciclo da comunicação e corresponde à criação do *real* que associamos à *realidade real* referido pelo autor (cf. fig.1).

2 Bibliografia

- Alvey, J, et all, (1995) *Formas de comunicação*, Lisboa: Teorema
- Bryson, B (2004) *Breve história de quase tudo*, Lisboa: Quetzal Editores
- Cannon, Walter B. et al in: Gillispie CC, ed. Dictionary of Scientific Biography (1978) Vol. 15. New York: Charles Scribner’s Sons, pp., 71 – 77
- Chomsky, Noam (1994) *O Conhecimento da Língua. Sua natureza, origem e uso*, Lisboa: Editorial Caminho
- Fiske, J. (2005) *Introdução ao estudo da comunicação*, Porto: Edições Asa, pp., 41-52

- Haddock, B. A. (1980) *Uma introdução ao pensamento histórico*, Lisboa: Gradiva, pp., 127-147
- Hazard, P. (1983) *O pensamento europeu no século XVIII*, Lisboa: Editorial Presença, pp., 35-49
- Lipovetsky, G. (1983) *A era do vazio*, Lisboa: Relógio d'Água
- Lipovetsky, G. (1996) *A era do após-dever*, in: Morin, E., Prigogin, I. A sociedade em busca de valores, Lisboa: Piaget
- Lorentz, E. (1996) *The essence of chaos*, Washington: University of Washington Press
- Luhmann, N. (1986) *Ökologische Kommunikation: Kann die moderne Gesellschaft sich auf ökologische Gefährdungen einstellen?* Opladen: Westdeutscher Verlag
- Luhmann, N. (1991) *O amor como paixão, Para a codificação da intimidade* Lisboa: Difel
- Luhmann, N. (1997) *Die Gesellschaft der Gesellschaft*, Frankfurt am. Main: Suhrkamp
- Luhmann N. (1997a) *Observaciones de la modernidad*, Barcelona: Ediciones Paídos Ibérica, S. A.
- Luhmann N. (1997b) *Organización y decisión. Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo*, Barcelona: Antrophropos
- Luhmann, N. (1998) *Sistemas Sociales: Lineamentos para una teoria general*, Barcelona: Antrophropos
- Luhmann, N., (2000) *La Realidade de los Médios de Massa*, Barcelona: Antrophropos
- Luhmann, N., (2006) *A improbabilidade da comunicação*, Lisboa: Edições Vega
- Machuco Rosa, A. (2006) *Cinco lições sobre comunicação: redes e tecnologias da informação – da cibernética ao copyright*, Lisboa: Veja
- Machuco Rosa, A. (2005) *Redes e Imitação*, URL: <http://paginas.ulusofona.pt/p138/ArtigoRedesRCL.pdf> (última consulta: 14/03/2007)

- <http://www.wook.pt/authors/detail/id/13858>Morin, E. (2008) *Introdução ao pensamento complexo*, Lisboa: Instituto Piaget
- Mariotti, H. (2000) *As paixões do ego: complexidade, política e solidariedade*, São Paulo: Palas Athena
- Parsons, T., Smelser, Neil J. (1956) *Economy and society*, New York: Free Press
- Parsons, T., (1977) *Social Systems and the Evolution of Action Theory*, New York: Free Press
- Parsons, T. Shils, E.A. (2001) *Toward a general theory of action. Theoretical Foundations for the Social Sciences*, London: Transaction Publishers
- Rosemblueth, A., Wiener, N., Bigelow, J. (1943) "Behaviour, Purpose and Teleology" *Philosophy of Science*, vol. 10, pp., 18-24
- Rodrigues, A. (1999) *Experiência, modernidade e campo dos media*, URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf> (última consulta: 27/01/2008)
- Sausurre, F. (1999) *Curso de Linguística Geral*, Lisboa: Dom Quixote
- Varela, F. (1991) *Autopoiesis and Biology of Intentionality*. <ftp://ftp.eeng.dcu.ie/pub/alife/bmcm9401/varela.pdf> (última consulta 08/03/2008)
- Von Bertalanffy, L. V. (1968) *General Systems Theory*, New York: Georges Brazilles
- Watts, Duncan J. (2003) *Six Degrees. The Science of a Connected Age*, New York: W. W. Norton & Company
- Wellek, R., Warren A. (1966) *Theory of Literature*, Great Britain: Penguin Books
- Weber, Max (2006) *Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária*, Lisboa: Relógio d'Água
- Wiener, N., (1948). *Cybernetics, or Control and Communication in the Animal and the Machine*, Cambridge: The Technology Press of MIT, (1967)
- Wiener, N. (1950). *The Human Use of Human Being*, Boston: Houghton Mifflin